

PERSPECTIVA DO USUÁRIO SOBRE O ACOMPANHAMENTO E O USO DE PSICOTRÓPICOS NA ATENÇÃO BÁSICA

USER PERSPECTIVE ON MONITORING AND PSYCHOTROPIC DRUGS UTILIZATION IN PRIMARY HEALTH CARE

Gilvania Alves Sarmiento¹; Sofia Dionizio Santos²

RESUMO

O estudo teve como objetivo investigar o uso de psicotrópicos e os cuidados de saúde mental recebidos, referidos por usuários da Atenção Básica no município de Lastro-PB. Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, transversal, de natureza descritiva. Foram selecionados aleatoriamente 50 usuários da Unidade Básica de Saúde (UBS) do referido município, em uso continuado de psicofármacos há mais de dois anos, que participaram de entrevista estruturada em setembro de 2016. As respostas foram organizadas em planilhas e submetidas a análise estatística descritiva. Concluiu-se que as mulheres (64%) e os idosos (36%) constituíram os principais consumidores de psicotrópicos. Os medicamentos mais utilizados foram os ansiolíticos/benzodiazepínicos (37%), sendo a UBS o local onde obteve-se o maior número de prescrições (44%). Entre os participantes, 74% dos usuários relataram não receber acompanhamento além da medicação, entretanto, quando questionados sobre a satisfação com o atendimento, 64% relataram estar satisfeitos. Constata-se a necessidade de um acompanhamento que reduza a dependência desses fármacos, como também a adoção de estratégias de educação em saúde que priorizem o uso racional de medicamentos e a promoção da saúde a partir de uma assistência que não esteja pautada somente na prescrição de medicamentos.

Palavras-chave: Uso de medicamentos. Psicotrópicos. Saúde Mental. Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the psychotropic drugs utilization and the mental health care received, reported by users of Primary Health Care in the city of Lastro-PB. This is cross-sectional study with quantitative and descriptive approach. 50 users of the city's basic health unit, in continuous use of psychoactive drugs for over two years, were randomly selected and participated in a structured interview in September 2016. The answers were organized in spreadsheets and submitted to descriptive statistics analysis. It was concluded that women (64%) and elderly (36%) were the main consumers of psychotropic drugs. The most usual medications were anxiolytics/benzodiazepines (37%), and the basic health unit was the place with the highest number of prescriptions (44%). Among participants, 74% of users reported not receiving health care besides the medication, however, when they were asked about satisfaction with care, 64% of them reported being satisfied. There is a need for follow-up to reduce the addiction on these drugs, as well as adoption of health education strategies that prioritize the rational use of medicines, and promotion of health care not based solely in prescribing medications.

Keywords: Drug Utilization. Psychotropic Drugs. Mental Health. Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

A prescrição de psicotrópicos para tratamento e alívio de sintomas relacionados a agravos da saúde mental vem sendo discutida como um recurso

Recebido em: 11 out 2019

Aprovado em: 23 dez 2019

¹ Enfermeira. Graduada pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Lastro, Paraíba, Brasil. E-mail: sarmentogilvania@gmail.com

² Psicóloga. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Cajazeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: psycosofya@hotmail.com

terapêutico importante, mas que deve partir de uma análise cuidadosa sobre seus potenciais efeitos e prejuízos. Em 2007, o Ministério da Saúde instituiu o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, que, em publicação recente (BRASIL, 2018), estabeleceu recomendações para desprescrição e desmedicamentização, com o objetivo de promover o uso racional de medicamentos no Brasil. A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o Uso Racional de Medicamentos (URM) como a disponibilização de medicamentos ao usuário, de acordo com suas necessidades clínicas e nas doses e período apropriados, com o menor custo para o usuário e para a comunidade, levando em conta custo e relação risco-benefício (WHO, 1987). Em relatório técnico da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação das substâncias psicotrópicas no mundo, em 2017, o Brasil é apontado como o quarto maior produtor mundial de benzodiazepínicos, segundo maior consumidor de fenobarbital e sétimo maior importador de metilfenidato (UNITED NATIONS, 2019).

O fenômeno da medicalização da vida (FREITAS; AMARANTE, 2017) ou psiquiatrização da existência (BIRMAN, 2014), é um processo através do qual sentimentos considerados desagradáveis ou que levam à baixa produtividade são reprimidos, muitas vezes, utilizando como recursos os medicamentos psicotrópicos. As pressões a que estão submetidos os indivíduos na sociedade contemporânea, sem redes de apoio e sem acolhimento para os sintomas emergentes de ordem psíquica, levam as pessoas a recorrerem, cada vez mais, aos medicamentos. A partir de sua centralidade nos processos de medicalização, a Psiquiatria também reforça a rotulação e utilização de psicofármacos como resposta para o sofrimento humano. Assim sendo, para cada dor que o indivíduo vivencie, existe uma droga sendo desenvolvida, contribuindo assim para o aumento da automedicação, com seus efeitos colaterais, e, junto a isso, a dependência química.

A assistência à saúde mental brasileira, desde a Reforma Psiquiátrica e a promulgação da Lei 10.216/2001 (BRASIL, 2001), direciona uma mudança nos serviços. Surgem os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviços pautados em uma nova perspectiva de cuidado em saúde mental, visando a integralidade da assistência e a inserção social dos usuários. Essa perspectiva de atendimento também deve subsidiar a assistência na Atenção Básica, que deve acolher e acompanhar os casos, a partir de ações no território, com

matriciamento e intersectorialidade (BRASIL, 2013; LANCETTI; AMARANTE, 2006). Diversas experiências têm mostrado a potencialidade da política de saúde mental oriunda da Reforma Psiquiátrica, entretanto, mudanças atuais nas políticas de assistência podem resultar em um retrocesso para a hospitalização e medicalização como respostas para o sofrimento psíquico. Delineia-se, portanto, um desafio para o cuidado integral no Sistema Único de Saúde (SUS), de modo que o usuário com demandas relativas à saúde mental tenha acesso ao serviço e aos medicamentos, pautados no uso racional e não na tendência de medicalização da vida.

A Política Nacional de Medicamentos (PNM) e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) indicam a importância de garantir o uso racional dos medicamentos. Para alcançar esse objetivo, estão entre as recomendações a realização de pesquisas buscando compreender a epidemiologia do uso de psicofármacos, sendo necessário conhecer essa realidade, considerando as diferenças entre populações (BRASIL, 2018).

O objetivo desse estudo, portanto, foi investigar o uso de psicotrópicos e os cuidados de saúde mental recebidos, referidos por usuários da Atenção Básica no município de Lastro-PB.

MÉTODO

O estudo realizado teve delineamento quantitativo, transversal, de natureza descritiva. A cidade de Lastro-PB, foi o cenário da pesquisa. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município citado tem menos de 3.000 habitantes, assistidos apenas por uma Unidade Básica de Saúde. Não existem Centros de Atenção Psicossocial no município.

A pesquisa foi realizada em setembro de 2016, obtendo-se, primeiramente, um levantamento dos usuários que faziam uso de psicotrópicos há mais de dois anos. Para isso, foi elaborada uma Ficha de Acompanhamento desses usuários, preenchida pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), registrando nome, endereço e idade. Esse método de intermediação é conhecido como gate keeper (DINIZ, 2008), sendo os ACSs importantes elementos de ligação entre a comunidade e o serviço de saúde. A partir das Fichas de Acompanhamento foram identificados 170 usuários que atendiam aos critérios de elegibilidade do estudo. Por limitações de tempo, equipe e orçamento, estabeleceu-se que

seriam entrevistados 50 indivíduos, selecionados aleatoriamente a partir das Fichas de Acompanhamento, que faziam uso contínuo de psicofármacos há mais de dois anos, eram acompanhados pela Estratégia Saúde da Família (ESF) da referida cidade e que concordaram em participar da pesquisa. O software Microsoft Excel 2013 foi utilizado para a seleção aleatória dos 50 indivíduos para composição da amostra.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas estruturadas nos domicílios dos entrevistados, com tópicos relativos à caracterização sociodemográfica e 12 perguntas relacionadas ao uso de psicotrópicos e seu acompanhamento pelos profissionais de saúde.

Os dados coletados através das entrevistas foram sistematizados em planilhas, e submetidos à análise estatística descritiva das variáveis investigadas, a partir do software Microsoft Excel 2013, confrontando os achados encontrados na pesquisa com os dados apresentados na literatura.

A classificação dos medicamentos psicotrópicos foi realizada a partir das definições de primeiro, segundo e terceiro níveis da Anatomical Therapeutic Chemical (ATC): N03A - Antieplépticos; N04A - Antiparkinsonianos; N05A - Antipsicóticos; N05B - Ansiolíticos benzodiazepínicos; N06A - Antidepressivos (WHO, 2018).

Foi solicitada a autorização dos depoentes antes da participação na pesquisa, explicando aos mesmos a garantia de sigilo e anonimato conforme explicitado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado pelos que aceitaram participar do estudo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com parecer de nº 1.707.083, estando de acordo com as regras estabelecidas na Resolução 466/2012 e demais normas do Conselho Nacional de Saúde, referentes a pesquisas com seres humanos.

RESULTADOS

A pesquisa buscou informações sobre quais são os psicofármacos mais utilizados, como ocorre o acompanhamento dos usuários pelos profissionais da saúde e os efeitos colaterais mais relatados por estes pacientes. Os resultados foram tabulados estatisticamente e organizados em tabelas e figuras

e, posteriormente, confrontados com os achados da literatura.

A Tabela 1 apresenta o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa. A maioria são mulheres (64%), pessoas casadas (60%) e com mais de 60 anos de idade (36%), sendo que 60% dos participantes está na faixa etária acima de 50 anos de idade. Quanto à renda familiar, 38% têm uma renda de 1 salário mínimo, e apenas 1 indivíduo declarou renda igual ou maior do que 3 salários mínimos. Em relação ao nível de escolaridade, a maioria completou, no máximo, o ensino fundamental (56%), ou não estudou (14%).

Tabela 1 - Distribuição dos participantes conforme variáveis sociodemográficas. Lastro-PB, Brasil, 2016.

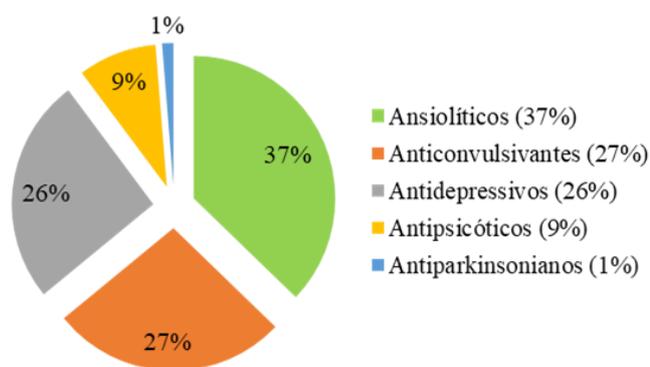
Variáveis sociodemográficas	n	%
Sexo		
Masculino	18	36
Feminino	32	64
Idade		
20-30 anos	6	12
31-40 anos	5	10
41-49 anos	9	18
50-59 anos	12	24
+ 60 anos	18	36
Estado Civil		
Casado	30	60
Solteiro	13	26
Separado	1	2
Divorciado	2	4
Viúvo	4	8
Renda Familiar		
Menor que 1 salário mínimo	12	24
1 salário mínimo	19	38
2 salários mínimos	18	36
3 salários mínimos	1	2
Escolaridade		
Até 9º ano do ensino fundamental	28	56
Ensino médio incompleto	2	4
Ensino médio completo	10	20
Superior incompleto	1	2
Não estudou	7	14
Não respondeu	2	4

Fonte: Própria.

O consumo dos diversos tipos de medicamentos, a partir de sua classificação, está representado no Gráfico 1, em que se observa o maior consumo de ansiolíticos/benzodiazepínicos (37%). Nesta classe,

os medicamentos mais utilizados foram o Diazepam (52%), o Clonazepam (37%), o Alprazolam (6,9%) e o Bromazepam (3,4%). A segunda classe de psicotrópicos mais consumidos durante a pesquisa foram os anticonvulsivantes, sendo destacados como 27% dos medicamentos utilizados. O Gardenal, tendo como princípio ativo o fenobarbital, foi o mais utilizado pelos usuários que relataram sofrer de epilepsia, sendo responsável por 52% dos medicamentos anticonvulsivantes prescritos; também foram mencionados a Carbamazepina (29%), o Hidantal (14%) e o Topiramato (5%). Os antidepressivos foram 26% dos medicamentos utilizados, sendo citados a Amitriptilina (50%), a Fluoxetina (15%), a Sertralina (15%), a Clomipramina (10%), a Paroxetina (5%) e a Duloxetina (5%). Em quarto lugar no consumo estão os antipsicóticos (9%); sete participantes relataram sua utilização, sendo 42% a Risperidona, 29% o Haloperidol, 14% a Quetiapina e 14% a Clorpromazina. A última classe de psicotrópicos mencionados foram os antiparkinsonianos, sendo declarado por um único participante (1%).

Figura 1 - Classificação dos medicamentos consumidos pelos participantes. Lastro-PB, Brasil, 2016.



Fonte: Própria.

A caracterização do uso dos psicotrópicos, em seus diversos aspectos, foi detalhada na Tabela 2. Os participantes relataram queixas que os levaram a iniciar o uso das medicações, podendo declarar mais de uma. Entre as queixas mais frequentes, estão: crises convulsivas (22,9%), insônia (15,7%) e sintomas relacionados à ansiedade (12,8%). Os serviços em que mais ocorreu a prescrição foram a Unidade Básica de Saúde (44%) e Clínica Particular (30%), destacando-se, entre os profissionais

responsáveis pela prescrição, clínicos gerais (48%), neurologista (24%) e psiquiatra (20%).

Tabela 2 - Caracterização do uso de psicotrópicos entre os participantes da pesquisa. Lastro-PB, Brasil, 2016.

No que se refere ao tempo de uso das medicações, a maioria (46%) declarou sua utilização

Caracterização do uso	n	%
Motivos/queixas que levaram ao uso		
Crise convulsiva	16	22,9
Insônia	11	15,7
Ansiedade	9	12,8
Depressão	6	8,6
Inapetência	5	7,1
Dores de cabeça	4	5,7
Estresse	3	4,3
Outros (Tremor muscular, Agitação, Tontura, Ouvir vozes, "Nervosismo", Fobia, Choro)	16	22,9
Serviço responsável pela prescrição		
Unidade Básica de Saúde	22	44
Clínica particular	15	30
Hospital	7	14
Centro de Atenção Psicossocial	5	10
Policlínica Estadual	1	2
Tempo de uso		
2-9 anos	23	46
10-19 anos	18	36
20-29 anos	4	8
30-39 anos	2	4
+ 40 anos	3	6
Frequência das doses		
1 vez ao dia	21	42
2 vezes ao dia	13	26
3 vezes ao dia	4	8
4 vezes ao dia	2	4
5 vezes ao dia	2	4
7 vezes ao dia	1	2
Dias alternados	6	12
Não respondeu	1	2
Quantidade de medicamentos		
1 medicamento	26	52
2 medicamentos	20	40
3 medicamentos	1	2
5 medicamentos	3	6
Acesso aos medicamentos		
Comprados	48	96
Recebidos gratuitamente	2	4
Desconforto/Efeitos colaterais		
Sonolência	20	32,8
Agitação	4	6,6
Esquecimento	3	4,9
Boca seca	3	4,9
"Só me faz bem"	5	8,2
Nenhum	17	27,9
Outros (Ganho de peso, Ansiedade, Diarreia, Enjoo, Tontura, Insônia, Gastura)	9	14,7

Fonte: Própria.

há, no máximo, nove anos. A utilização de apenas um medicamento foi indicada por 52% dos participantes. No que se refere à frequência de doses, a maioria dos entrevistados relatou uma vez ao dia (42%). Destaca-se que uma parte muito pequena dos entrevistados tem acesso a essa medicação de forma gratuita (4%), enquanto a maioria (96%) precisa comprá-la.

Os participantes foram questionados sobre desconfortos ou efeitos colaterais percebidos, podendo declarar mais de um. Apesar de uma parte significativa dos participantes não identificar nenhum desconforto ou efeito colateral (27,9%), ou afirmar que a medicação “faz bem” (8,2%), a maioria relata algum tipo de problema relacionado ao uso dos psicotrópicos, com 32,8% dos participantes queixando-se de sonolência. O questionamento sobre orientações recebidas quanto ao uso das medicações foi um dos aspectos do acompanhamento registrados na Tabela 3, podendo ser informado mais de um tipo de orientação, e identificou que 15% dos entrevistados declara não ter recebido nenhuma orientação sobre o uso dos psicotrópicos.

Sobre o acompanhamento feito pelos profissionais ou participação em alguma atividade educativa na UBS, 74% dos entrevistados responderam que não são acompanhados; 10% responderam que recebem visitas de Agentes Comunitários de Saúde, ressalvando que, algumas vezes, essas visitas envolvem somente a coleta do nome dos medicamentos que os mesmos utilizavam; 6% dos usuários disseram que são acompanhados no CAPS (semanalmente, a cada dois meses e outros a cada três meses); 4% eram acompanhados pela psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do referido município, e 6% responderam que não sabiam afirmar se existia ou não acompanhamento no serviço ao qual estavam referenciados.

Quando a questão foi a frequência com que os usuários visitavam a UBS, 74% deles responderam que vão somente uma vez a cada mês, com o objetivo de buscar a receita médica, e 18% responderam que nunca vão à UBS.

A maioria dos entrevistados afirmou que não tinha desejo de parar o uso da medicação (52%). Quando perguntados sobre sua satisfação com o atendimento prestado na UBS, 64% dos indivíduos declararam-se satisfeitos, 34% declararam-se insatisfeitos e 2% não souberam responder.

Tabela 3 - Caracterização do acompanhamento recebido pelos participantes. Lauro-PB, Brasil, 2016.

Aspectos do acompanhamento	n	%
Tipo de acompanhamento		
Agente Comunitária de Saúde faz visita	5	10
Visita da psicóloga	2	4
Acompanhamento no CAPS	3	6
Não tem acompanhamento	37	74
Não sei dizer	3	6
Visitas à UBS relacionadas ao tratamento		
Mensalmente	37	74
A cada 15 dias	1	2
A cada 40 dias	1	2
A cada 3 meses	2	4
Nunca vou	9	18
Orientações recebidas		
Orientações sobre precauções	38	63,3
Orientações quanto a efeitos colaterais	10	16,7
Orientações sobre reavaliação/ acompanhamento	2	3,3
Não houve orientações	9	15
Não lembram	1	1,7
Satisfação com o acompanhamento		
Satisfeito	32	64
Insatisfeito	17	34
Não sei	1	2
Desejo de parar o uso da medicação		
Não	26	52
Sim	24	48

Fonte: Própria.

DISCUSSÃO

A pesquisa identificou uso de psicotrópicos principalmente entre mulheres, idosos, com renda de até um salário mínimo. Os antidepressivos e ansiolíticos foram as classes de medicamentos mais utilizadas. A prescrição foi, em sua maioria, feita por médicos generalistas na Atenção Básica. Embora os entrevistados tenham relatado desconfortos ou efeitos colaterais diversos, a maioria declara não receber acompanhamento adequado por parte dos profissionais de saúde.

A maior prevalência na utilização de medicamentos psicotrópicos entre mulheres é um resultado encontrado também por outros autores (MOURA et al., 2016; SILVEIRA et al., 2016). Entre 1094 mulheres atendidas por uma equipe de ESF, 7,4% faziam uso de benzodiazepínicos, em sua maioria com baixa escolaridade e maior

comorbidade em relação a mulheres que não faziam uso do psicotrópico (SILVA; ALMEIDA; SOUZA, 2019).

A maior prevalência entre as mulheres pode estar relacionada às condições de vida, considerando a sobrecarga de trabalho e cuidados atribuídos às mulheres. Outro fator importante é a maior preocupação das mulheres com a saúde; elas frequentam mais os serviços de saúde do que os homens, contribuindo com a maior aceitação e adesão aos tratamentos farmacológicos (RODRIGUES et al., 2019). Um estudo sobre Eventos Adversos a Medicamentos (EAM) identificou que as mulheres também são mais comumente acometidas por ocorrências médicas indesejáveis durante o tratamento (SOUZA et al., 2018). A carga dos transtornos mentais (especialmente depressão e ansiedade) também é maior para as mulheres; eles são responsáveis por 9,5% do total de anos de vida perdidos por morte ou incapacidade nesse grupo populacional (BONADIMAN et al., 2017).

Com relação ao perfil etário, a maior frequência do uso de psicofármacos entre idosos (36%), na Atenção Básica, é preocupante, considerando os riscos da polifarmácia e do uso de benzodiazepínicos e antidepressivos nesta população (ABIACKEL et al., 2017; BORGES et al., 2015; PRADO; FRANCISCO; BARROS, 2017). Dados da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM), sobre a polifarmácia, apontou um índice de 9,4% na população em geral, e de 18,1% nos idosos acima de 65 anos (NASCIMENTO et al., 2017).

A indicação de que apenas dois participantes referiram o recebimento gratuito da medicação é um dado significativo, principalmente ao considerar, assim como outros autores (RODRIGUES et al., 2019), a baixa renda dos entrevistados. Ao considerar as possibilidades de acesso ao tratamento, percebe-se o desafio de garantir assistência farmacêutica adequada em determinadas regiões do país, como é o caso dos pequenos municípios.

A análise dos dados do Gráfico 1 traz informações importantes sobre o consumo, mostrando que os medicamentos psicotrópicos ansiolíticos (37%), anticonvulsivantes (27%) e antidepressivos (26%) são os mais consumidos pelos participantes entrevistados. Antidepressivos e ansiolíticos são relatados como os psicotrópicos mais utilizados entre a população brasileira, com destaque para o diazepam e a fluoxetina

(BONADIMAN et al., 2017; BORGES et al., 2015; MOURA et al., 2016; RODRIGUES et al., 2019). Os anticonvulsivantes foram a segunda classe mais utilizada de psicotrópicos, informação que diverge da encontrada na literatura. Destaca-se, entretanto, que o número de participantes que declararam uso de anticonvulsivantes foi 21, e os que declararam uso de antidepressivos foram 20, diferença, portanto, de apenas um indivíduo.

A Unidade Básica de Saúde como serviço onde os psicotrópicos foram prescritos com mais frequência aponta a sua importância na assistência às demandas de saúde mental. O médico generalista vem sendo responsável, em muitos casos, pela prescrição de psicofármacos, o que reforça a necessidade de que esses profissionais estejam capacitados para prestar o atendimento de maneira qualificada na Atenção Básica, evitando o uso indiscriminado de medicamentos. Nesse sentido, faz-se necessária a capacitação dos profissionais atuantes na Atenção Básica e o acompanhamento desses casos a partir do matriciamento, com o intuito de evitar iatrogenia, acompanhar adequadamente os efeitos colaterais e oferecer outras tecnologias de cuidado. Em estudo que investigou a percepção de médicos generalistas alemães sobre o atendimento a pacientes com depressão crônica, os autores identificaram que esses profissionais consideravam o tipo de depressão, a faixa etária do paciente, comorbidades e outros aspectos do tratamento, sugerindo qualificação para prestar esse atendimento (WOLF et al., 2017).

Os dados também devem ser analisados a partir de uma contextualização sobre o município, que não conta com quadro suficiente de profissionais especializados nos serviços públicos de saúde. Conforme mencionado durante entrevistas, os casos em que foi possível a prescrição de fármacos por profissionais especializados ocorreram, muitas vezes, pela busca de uma consulta particular em decorrência do agravamento do problema. O município, de pequeno porte, não possui CAPS. Os usuários com transtornos mentais graves são atendidos no CAPS de uma cidade referência para o município, distante 34km.

As crises convulsivas decorrentes de epilepsia caracterizaram-se como os problemas de saúde mais evidentes na população estudada, mas, as outras queixas elencadas na Tabela 2 levam à reflexão sobre a dificuldade de lidar com as emoções e o desejo de suprimir sua dor e seu sofrimento através da automedicação, mesmo que

inicialmente prescrita por profissionais. A automedicação foi investigada em estudo que identificou 18,3% dos entrevistados que declararam tomar medicação sem recomendação médica; o número sobe para 35,5%, quando os entrevistados conhecem alguém que já tomou a medicação (PONS et al., 2017). Outra pesquisa destacou a maior frequência de automedicação entre mulheres, elas representaram 64,2% dos que responderam que se automedicam (FREITAS; MELO, 2018).

Dentre os efeitos colaterais mais citados, destaca-se a sonolência. Essa foi a ocorrência mais prevalente no estudo sobre Eventos Adversos a Medicamentos, em que a fluoxetina e amitriptilina também apareceram, em primeiro e terceiro lugar, respectivamente, como os medicamentos mais relacionados aos EAM (SOUSA et al., 2018). Durante as entrevistas foi possível perceber que muitos usuários não tinham o conhecimento ou orientações sobre os efeitos colaterais dos fármacos, passando a entender o que era efeito colateral somente após uma explicação da entrevistadora.

Sabendo-se dos riscos e efeitos colaterais dos psicotrópicos, especialmente nos casos que envolvem comorbidades e polifarmácia, é necessário o uso de forma controlada, já que diversos participantes da pesquisa consomem esses fármacos há mais de dez anos e o que se sabe é que esses medicamentos em uso prolongado causam dependência. Apesar desses riscos, que exigem um acompanhamento atento por parte dos profissionais de saúde, a pesquisa identificou que 74% dos usuários referiram não receber este acompanhamento. O que se nota é que os médicos que deveriam acompanhar e reavaliar o paciente a cada dois meses, como é preconizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), não o fazem.

Embora sejam relatadas orientações, os dados sobre inexistência de acompanhamento (74%) sugerem que a rotina de visitas dos usuários à UBS pode estar mais relacionada à renovação da receita, visando garantir a aquisição do medicamento. Estudo com dados da PNAUM identificou que 90,9% dos profissionais entrevistados relataram ter prestado as orientações, mas apenas 74% dos usuários relataram ter recebido orientações na farmácia (LIMA et al., 2017). A distorção do objetivo do atendimento reflete-se nos resultados sobre a satisfação dos usuários, identificando que 64% dos indivíduos mostraram-se satisfeitos com o atendimento na UBS; 34% mostraram-se insatisfeitos e 2% não souberam responder. Uma grande parte

dos usuários (52%) sinalizou certa dependência quanto ao uso desses fármacos, o que talvez possa ser explicado pelo medo de se sentirem mal e de reviverem a sintomatologia que desencadeou a busca pelo tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apontou que os usuários com demandas de saúde mental na Atenção Básica, medicados com psicotrópicos, não têm recebido o acompanhamento preconizado. As mulheres são as maiores consumidoras dos medicamentos, revelando uma diferença relativa ao gênero que poderia ser atribuída a fatores estressantes aos quais as mulheres, especificamente, estão submetidas em nossa sociedade. Quanto ao acompanhamento desses usuários na UBS, 74% dos usuários relataram não serem acompanhados. É interessante buscar compreender as expectativas desses usuários com relação ao acompanhamento, já que 64% dos indivíduos responderam estar satisfeitos com o atendimento prestado na UBS.

Podem ser apontadas algumas limitações do estudo, como o desenho transversal e o tamanho da amostra, que não permitem o estabelecimento de relações causais entre as variáveis investigadas. As informações foram coletadas a partir das declarações dos usuários, o que pode envolver um viés de memória, entretanto, era objetivo do trabalho que sobressaísse a perspectiva do usuário, especialmente no que se refere ao consumo, prescrição e acompanhamento. Embora o cenário da pesquisa seja uma pequena cidade no interior do nordeste, essa realidade assemelha-se a de outros municípios no país, sendo necessário compreender as especificidades desses locais.

É imprescindível que esses medicamentos sejam dispensados de forma criteriosa e consciente, havendo orientações prestadas por um profissional capacitado, garantindo um tratamento adequado e eficaz para o paciente, alertando a comunidade para os riscos do uso indiscriminado dessas substâncias. Essa prática deve se tornar rotineira e ser uma prioridade no cotidiano do profissional da área da saúde, com maior destaque àqueles que atuam na Atenção Básica, que mostraram ser os principais prescritores de psicofármacos na pesquisa realizada.

As informações sobre a caracterização e a percepção dos usuários com relação ao

acompanhamento reforçam a urgência de ampliar o debate sobre o processo de medicalização da vida. A criação de estratégias de educação em saúde que informem e empoderem os usuários também é um recurso indispensável para garantir a segurança dos usuários e o uso racional dos medicamentos. Faz-se necessário um acompanhamento responsável, que reduza o uso e a dependência desses psicofármacos, promovendo maior qualidade de vida. O uso racional dos medicamentos é fundamental para a construção de uma assistência que não esteja pautada na prescrição como única alternativa de cuidado.

REFERÊNCIAS

Abi Ackel, M.M. et al. Uso de psicofármacos entre idosos residentes em comunidade: prevalência e fatores associados. *Rev Bras Epidemiol*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 57-69, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v20n1/1980-5497-rbepid-20-01-00057.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Freitas, F.; Amarante, P. *Medicalização em Psiquiatria*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

Birman, J. Drogas, performance e psiquiatrização na contemporaneidade. *Agora*, Rio de Janeiro, v. 17, n. esp., p. 23-37, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/agora/v17nspe/03.pdf>. Acesso em: 10 jan 2020.

Bonadiman, C.S.C.; Passos, V.M.A.; Mooney, M. et al. A carga dos transtornos mentais e decorrentes do uso de substâncias psicoativas no Brasil: Estudo de Carga Global de Doença, 1990 e 2015. *Rev Bras Epidemiol*, São Paulo, v. 20, supl. 1, p. 191-204, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v20s1/1980-5497-rbepid-20-s1-00191.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Borges, T.L.; Miasso, A.I.; Vedana, K.G. et al. Prevalência do uso de psicotrópicos e fatores associados na atenção primária à saúde. *Acta Paul Enferm*, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 344-349, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v28n4/1982-0194-ape-28-04-0344.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Lei nº 10.216, Lei da Reforma Psiquiátrica de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, 09 de abril de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. *Cadernos de Atenção Básica 34 - Saúde Mental*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. *Uso de Medicamentos e Medicalização da Vida:*

recomendações e estratégias. Brasília: Ministério da Saúde; 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/fevereiro/15/Livro-USO-DE-MEDICAMENTOS-E-MEDICALIZACAO-DA-VIDA--1-.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Diniz, D. Ética na pesquisa em ciências humanas - novos desafios. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 417-426, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n2/a17v13n2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Freitas, A.N.; Melo, O.F. Análise da automedicação por clientes em uma farmácia comunitária. *Essentia*, Sobral, v. 19, n. 1, p. 31-39, 2018. Disponível em: <http://essentia.uvanet.br/index.php/ESSENTIA/article/view/137>. Acesso em: 10 jan 2020.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Censo Demográfico 2010 - Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

Lancetti, A.; Amarante, P. Saúde Mental e Saúde Coletiva. In: CAMPOS, G.W.S. et al. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec, 2006.

Lima, M.G.; Álvares, J.; Guerra Junior, A.A. et al. Indicadores relacionados ao uso racional de medicamentos e seus fatores associados. *Rev Saude Publica*, São Paulo, n. 51, suppl.2, p. 23s, 22 set. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/139771/135048>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Moura, D.C.N.; Pinto, J.R.; Martins, P. et al. Uso Abusivo de Psicotrópicos pela Demanda da Estratégia Saúde da Família: Revisão Integrativa da Literatura. *SANARE Sobral*, Sobral, v. 15, n. 2, p. 136-144, 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1048>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Nascimento, R.C.R.M.; Álvares, J.; Guerra Junior, A.A. et al. Polifarmácia: uma realidade na atenção primária do Sistema Único de Saúde. *Rev Saude Publica*, São Paulo, v. 51, suppl. 2, p. 19s, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/139761/135044>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Pons, E.S.; Knauth, D.R.; Vigo, A. et al. Predisposing factors to the practice of self-medication in Brazil: Results from the National Survey on Access, Use and Promotion of Rational Use of Medicines (PNAUM). *PLoS ONE*, San Francisco, v. 12, n. 12, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0189098>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Prado, M.A.M.B.; Francisco, P.M.S.B.; Barros, M.B.A. Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base populacional. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 26, n. 4, p. 747-758, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v26n4/2237-9622-ress-26-04-00747.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Rodrigues, P.S.; Francisco, P.M.S.B.; Fontanella, A.T. et al. Uso e fontes de obtenção de psicotrópicos em adultos e idosos brasileiros. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/uso-e-fontes-de-obtencao-de-psicotropicos-em>

adultos-e-idosos-brasileiros/17125?id=17125. Acesso em: 20 jun. 2019.

Silva, P.A.; Almeida, L.Y.; Souza, J. O uso de benzodiazepínicos por mulheres atendidas em uma Unidade de Saúde da Família. *Rev Esc Enferm USP*, São Paulo, v. 53, e03419, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v53/pt_1980-220X-reeusp-52-e03419.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

Silveira, S.T.; Carvalho, A.R.V.; Vecchia, M.D. et al. A Dispensação de Psicofármacos em um Município de Pequeno Porte: Considerações Acerca da Medicalização da Vida. *Psicologia em Pesquisa UFJF*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 17-25, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v10n1/04.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Sousa, L.A.O.; Fonteles, M.M.F.; Monteiro, M.P. et al. Prevalência e características dos eventos adversos a medicamentos no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00040017, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n4/1678-4464-csp-34-04-e00040017.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

United Nations. International Narcotics Control Board. *Psychotropic Substances - Statistics for 2017*. Vienna: United Nations, 2019. Disponível em: https://www.incb.org/documents/Psychotropics/technical-publications/2018/PSY_Technical_Publication_2018.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

Wolf, F.; Freytag, A.; Schulz, S. et al. German general practitioners' self-reported management of patients with chronic Depression. *BMC Psychiatry*, v. 17, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://bmcp psychiatry.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12888-017-1564-z>. Acesso em: 20 jun. 2019.

World Health Organization. Collaborating Centre for Drug Statistics Methodology. *Guidelines for ATC classification and DDD assignment 2019*. Oslo: Norway, 2018. Disponível em: https://www.whocc.no/filearchive/publications/2019_guidelines_web.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

World Health Organization. *Rational Use of Medicines. Report of the Conference of Experts, Nairobi, 25-29 November 1985*. Geneva: World Health Organization, 1987. Disponível em: <http://apps.who.int/medicinedocs/documents/s17054e/s17054e.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.